

Título: João Martins Pereira. Um intelectual público para além do «pequeno mundo estreito»

Resumo: Este artigo pretende contrariar a escassez de estudos sobre a geração de intelectuais que a partir de meados da década de 1960, de forma clandestina ou semilegal, acabaria por modernizar o discurso político em Portugal. Ao contrário do que sucede noutros países, existe em Portugal uma lacuna historiográfica no que concerne ao estudo do pensamento e da obra de intelectuais menos catalogáveis e desvinculados das ortodoxias dominantes, de fundo simultaneamente não-dogmático e radical.

Propõe-se, portanto, com este artigo situar historicamente o pensamento autónomo e heterodoxo de João Martins Pereira no quadro de uma geração de intelectuais marcada pela influência do marxismo ou próxima deste. Nesse sentido, o artigo tem como eixos principais: compreender a heterogeneidade de conceitos e eixos teóricos que suportavam a mundividência política do autor de *Pensar Portugal Hoje* e, conseqüentemente, entender este intelectual público como um autor comprometido com a esquerda, mas, em larga medida, afastado dos *pequenos mundos estreitos* dos intelectuais associados, quer aos partidos comunistas, quer aos partidos socialistas e sociais-democratas.

Retirar o ensaísmo, a crítica teórica e as propostas políticas de Martins Pereira da sombra de alguns dos mais reconhecidos autores portugueses da segunda metade do século XX é o objetivo deste artigo.

Palavras-Chave: esquerda; heterodoxia; intelectual público; marxismo.

1. Intelectual, marxista e dissidente.

O início da projeção pública de João Martins Pereira (JMP) data de 1966, ano em que o intelectual iniciaria colaboração com a revista *Seara Nova* – próxima do Partido Comunista Português (PCP) – e que se traduziria na publicação de sete artigos ao longo de quase três anos. Apesar de alguma proximidade com este setor político-ideológico, JMP haveria também de versar nas páginas de *O Tempo e o Modo*, de orientação socialista, humanista e cristã, a partir de 1969. O início da colaboração de JMP com esta revista seria sintomática da chegada de um «setor mais jovem e radical», ligado à esquerda revolucionária. No entanto, de acordo com Miguel Cardina, «as prisões de Lima Rego e Lopes Sabino», assim como as saídas de Bénard da Costa e Helena Vaz Silva, tornariam a «publicação [...] cada vez mais num órgão

afeto ao MRPP».

Em 1971, JMP deixaria de publicar naquela revista e, 40 anos depois, em entrevista à jornalista Maria João Seixas do jornal *Público*, lembraria:

A situação estava de tal maneira alterada n' *O Tempo e o Modo*, que cheguei a ter, internamente, um julgamento político. Fui acusado de tudo e mais alguma coisa, por gente muito respeitável que por aí anda.

Precisamente a partir de uma série de artigos publicados n' *O Tempo e o Modo* JMP haveria de publicar *Pensar Portugal Hoje*, em 1971. De acordo com João Cravinho, o livro revelaria «uma grande capacidade analítica e uma grande capacidade crítica». Para o antigo ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, *Pensar Portugal Hoje*:

era uma proposta de reflexão do país, à esquerda. O livro tinha uma conceptualização ideológica forte, mas não era um livro de chavões, não fazia as leituras que na altura eram as convencionais da esquerda. Era um livro aberto, com uma grande frescura analítica, que se opunha àquelas ortodoxias que às vezes não tinham grande apoio na realidade.

A partir de então a postura pouco *alinhada* e heterodoxa raramente lhe valeriam *amizades* com os partidos hegemónicos da esquerda portuguesa, nomeadamente o PCP e o Partido Socialista (PS). Por um lado, a predisposição ganha no caldo marxista radical da sua geração para «novas linguagens» e para a abordagem de «novas temáticas» – que as esquerdas tradicionais rejeitavam – e, por outro, a utilização do marxismo «não como uma ciência exata [...] mas como um conjunto de teses no domínio da história, da economia, da sociologia e da política», nunca facilitariam essas mesma aproximações. Em todo o caso, JMP ganharia alguns fiéis seguidores no quadro da publicação de *Pensar Portugal Hoje*.

Nas palavras de João Tiago Lima, a escrita de JMP não era «um exercício meramente literário». Pelo contrário, esta apresentava-se como «um modo muito claro de intervenção na vida política e social [...] do país», tendo por base «uma dimensão claramente ideológica». JMP revelar-se-ia, portanto, como um autor «indiscutivelmente comprometido com a esquerda» e «marxista» na sua conceção «da sociedade, do mundo e, naturalmente, de Portugal». Como Rui Bebiano reconhece no percurso e na obra de Tony Judt, também em JMP se reconhece «uma vontade de participação política» ainda que nem sempre «diária» ou «partidária».

O golpe militar de 25 de Abril contribuiria para a completa apresentação do

pensamento político do autor em estudo. Se o período anterior se caracterizaria por alguma prudência nas palavras escolhidas (a censura a isso obrigava), o período aberto com a Revolução dos Cravos daria a oportunidade a JMP de explanar sem rodeios uma mundividência que «apesar da ausência de certezas» e «pluralidade de influências» se demonstrava coerente.

No quadro de uma heterodoxia conceptual e de influências essa coerência era trazida por um eixo teórico fundamental formado tanto pelo marxismo clássico, como pelos clássicos do marxismo. Nas suas palavras, «o marxismo é indiscutivelmente a *primeira abordagem “sistémica” da realidade social*». Nesse sentido, deve-se ter em conta «a centralidade do marxismo» e o «extraordinário atrativo exercido [por aquele] sobre os intelectuais» do pós-II Guerra Mundial. Como para muitos outros autores, o marxismo afirmou-se ao longo do século XX como um extraordinário método de compreensão do *real* e nesse aspeto JMP fora igual a muitos outros. Contudo, se uma parte considerável daqueles não aderira de forma «permanente» ao marxismo e, em determinada altura, se distanciaria deste, o mesmo não acontece com JMP para quem, utilizando as palavras de Eric Hobsbawm, o «argumento de que a teoria marxiana implica necessariamente o leninismo e só o leninismo» era insustentável. Ou seja, se a rutura com o leninismo ou, mais precisamente, com o estalinismo por parte de muitos intelectuais marcava a rutura com o marxismo, tal só acontecia porque, para estes, o estalinismo (nas suas diversas dimensões) confundia-se com o próprio marxismo.

Ora, o pensamento independente – longe do dogmatismo associado ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS) – acabaria por não deixar o seu discurso teórico e político claudicar em momentos e períodos críticos para o movimento comunista internacional. Para JMP, o marxismo era entendido, lembrando a 11ª tese de Feuerbach, como um método de compreensão e transformação da realidade – nomeadamente os regimes associados ao *socialismo* – e não somente como método explicativo de *socialismos realmente existentes*.

Nesse sentido, o ensaísta precisaria que as chamadas «leis fundamentais do socialismo» pouco teriam que ver «com o marxismo tal como originalmente formulado». Pelo contrário, teriam, sim, que ver,

com uma teorização decorrente de práticas posteriores que eventualmente se reclamavam da paternidade marxista, o que só por si não as valida ou invalida enquanto leis com «estatuto científico» supostamente indiscutível.

Ainda sobre a problemática alegada cientificidade do marxismo, JMP seria explícito na sua obra *Sistemas Económicos e Consciência Social*, de 1980. O autor lembraria os «equivocos que têm rodeado a expressão “socialismo científico”» – rótulo de uma teoria «que definirá com rigor as leis que presidem ao funcionamento duma sociedade socialista» e que «deverá por esse facto ser identificável sem margem a discussão». Contrariando esta conceção, JMP lembraria que na

expressão “socialismo científico”, apesar de não ter sido feliz a escolha do adjetivo, [...] há que reconhecer que ele se destinava apenas a diferenciar a *démarche* adotada da dos “utópicos”, que se limitavam a idealizar uma nova sociedade sem a articular de modo racional com as formas de organização social que a precediam.

Mais: para JMP, «a maioria» destas «propostas pressupunha uma visceral crença na bondade inata do homem», a qual é, muitas vezes, associada ao marxismo. No entanto, o último haveria de se edificar justamente em contraposição a esse mesmo idealismo. De acordo com o ensaísta português, Marx e Engels, em oposição aos socialismos precedentes, procuravam «descobrir as leis fundamentais da dinâmica do modo de produção *capitalista* e [...] demonstrar que essa dinâmica (assente em contradições)» levaria «inevitavelmente à conquista do poder pelo proletariado, à transição para o socialismo». Nesse sentido, JMP recordaria que «tal socialismo não será mais nem menos «científico» do que outro qualquer». Pelo contrário, «o que pretende ser científico é a demonstração de que *lá* [...] se chegará». Foi, portanto, na «negligência deliberada do subjetivo», ou seja,

na busca de leis sociais objetivas, que os primeiros teóricos marxistas puderam fundar a reivindicação do estatuto científico para a sua abordagem da história, da sociologia, da economia.

De acordo com o autor português, Marx e Engels

não só nunca postularam que *os homens* seriam naturalmente bons (nem maus), como nem sequer alguma vez colocaram o conflito entre proletários e capitalistas em termos maniqueístas, de luta entre bons e maus.

Ora, «por não reconhecerem qualquer solidariedade natural mesmo aos proletários», os autores do *Manifesto Comunista*, nas palavras de JMP, «incitam» os primeiros «a *ser solidários*, após a demonstração de que isso é condição da sua vitória». Essa percepção era demonstrada, segundo o autor português, na célebre frase «Proletários de todo os países, uni-

vos!»). A solidariedade surgiria, pois,

quando muito como uma necessidade histórica, e não como um sentimento inerente a uma qualquer *natureza humana*, que cada um transporta consigo para a vida coletiva.

Assim, Marx e Engels «não [...] deixaram qualquer “ciência do socialismo”, nem isso seria obviamente possível».

Aceitando, por um lado, o legado teórico e político de Marx e Engels e rejeitando, por outro, o estalinismo – quer nas suas dimensões políticas, teóricas e morais – JMP procuraria explicar a realidade social que o envolvia. Nesse quadro, apesar de recolher no marxismo original uma parte significativa da sua interpretação da história e das sociedades contemporâneas, JMP detinha, assim, uma certa «infidelidade», para usar as palavras de Sousa Dias, em relação ao próprio marxismo. Aliás, a postura de JMP inseria-se na ideia de Slavoj Žižek e assumida por Sousa Dias: «permanecer [...] fiel a Marx, não faz sentido senão na forma de uma espécie de infidelidade [...]».

Esta matriz *dissidente* revelar-se-ia na enorme influência dos *clássicos* sobre o autor e, simultaneamente, na «coragem» e na «criatividade» por parte deste para reler criticamente os primeiros. Assim, o pensamento político de JMP enquadrar-se-ia naquilo que o historiador britânico David Renton classifica de *marxismo dissidente*. Não fazendo da teoria marxista um conjunto de textos «rígidos e não-dialéticos», os marxistas dissidentes procuram com esta filosofia fazer «um modelo dinâmico», não para «defender projetos existentes», mas para «utilizar o que é central» na teoria de Marx para a interpretação da *realidade social*.

A partir daí, a base teórica de JMP e o seu pensamento político apresentariam-se, como afirma João Tiago Lima, com uma «desenvoltura» e uma «agilidade» singulares no quadro da esquerda portuguesa, particularmente no marxismo português. Consequentemente, as premissas teóricas de JMP teriam por base uma heterodoxia conceptual, procurando o autor outras correntes teóricas e intelectuais, alegada ou supostamente contrárias ao marxismo, tendo em vista a compreensão da realidade e uma visão sobre mesma que fosse inteligível a quem o lesse.

2. Heterodoxia e autonomia.

Como acontecia naturalmente com outros autores, uma série de referências teóricas e

intelectuais «protegiam, inspiravam e estimulavam» o ensaísta português. Mais do que isso, JMP acabaria mesmo por assumir com algumas delas aquilo que Bebiano caracteriza de «relações [...] de afeto». O caso de Jean-Paul Sartre é o mais sintomático. Num artigo inserido *No Reino dos Falsos Avestruzes*, de 1983, e publicado no semanário *Expresso* com o título *Sartre, minha jangada*, JMP refere que Sartre, além do «psicanalista», havia-o salvo da «militância partidária». A influência do autor de *Crítica da Razão Dialética* na «assunção integral e radical da vida» era pois evidente. Como diria, Sartre era a sua «jangada» e sua única «família».

Apesar de a influência de Sartre assumir preponderância no plano quotidiano, ela seria também política. Por exemplo, mais do que recorrer ao marxismo para adjetivar a democracia (burguesa, parlamentar, representativa), JMP procuraria Sartre para quem a democracia não existia propriamente. Ou seja:

não existe em “democracia” qualquer delegação de poderes pela simples razão de que o “cidadão”, enquanto tal, não tem quaisquer *poderes*, donde não pode delegá-los. Ele limita-se a escolher o partido que, com o seu voto, vai exercer um poder que já detém, enquanto *instituição* organizada e profissionalizada para o efeito.

Quase tão influente como Sartre seria o marxista italiano Antonio Gramsci. A influência do marxista italiano estaria, por exemplo, presente na sua carta de demissão do cargo de secretário de Estado do IV Governo Provisório quando refere que «o drama histórico» da Revolução dos Cravos se encontraria «no facto de que o bloco social mobilizável por um projeto revolucionário de socialismo fortemente participado não se [...] confundir com as massas mobilizáveis» por PCP e PS. Noutro momento, por exemplo, a transição espanhola seria caracterizada como «uma deslocação interna do acento do poder dentro do bloco social dominante sem soluções de continuidade.»

Alguns anos mais tarde, JMP recorreria novamente ao autor de *Cadernos do Cárcere* para caracterizar a realidade política portuguesa. O autor português citaria Gramsci para definir o PS. Aquela organização política seria, então, o «partido do estrangeiro», ou seja, o partido que, num contexto de subordinação económica internacional, «virá a representar esta situação e a explorá-la, com o objectivo de impedir que outros partidos rivais o ultrapassem». Mais do que representar «as forças vitais do seu próprio país», o PS representaria a «escravatura económica [de Portugal] às nações hegemónicas ou a algumas delas».

Também a influência de autores provenientes da Escola de Frankfurt seria visível. Esta

ofereceria também a JMP algumas ferramentas teóricas, particularmente no que dizia respeito «aos meios de comunicação de massa» que, segundo o autor português, viriam a ter «uma função unificadora dos comportamentos sociais». Na linha de Herbert Marcuse, JMP seria perentório ao afirmar que «a televisão exerceu a sua «missão» ideológica de forma necessariamente muito mais complexa do que a imprensa». Relativamente ao caso concreto português, em 1971, JMP avançaria uma hipótese que, passadas algumas décadas, se pode dizer verificada:

os meios de expressão “cultural” continuarão a constituir entre nós um dos veículos da ideologia dominante: com os seus passos adiante e atrás, de acordo com a não-linearidade do processo que atravessamos, eles ir-nos-ão servindo gradualmente os ingredientes necessários (e suficientes) para virmos um dia a ser europeus, talvez de segunda ordem, mas europeus *quand-même*.

Noutra latitude, JMP procuraria o filósofo Roland Barthes relativamente ao conceito de «mito». Segundo o autor português, após a Revolução dos Cravos a burguesia nacional elaboraria um conjunto de mitos tendo em vista a sua hegemonia política. Estes dividiam-se em dois: os de salvação (Eanismo, CEE) e os de afirmação (anti-Gonçalvismo, iniciativa privada, sociedade civil). A título de exemplo, o «mito da CEE» – que, de acordo com JMP, entre outros «mitos, traumas e complexos», ajudariam a edificar o «pequeno mundo político-cultural português» – ocuparia, para o autor, um lugar central na explicação da sociedade política portuguesa das décadas de 1970 e 1980. «[E]spécie de “os amanhã que cantam” da burguesia portuguesa dos nossos dias», no final,

serve [...] essencialmente para ir contabilizando os sucessivos «êxitos» nos périplos europeus dos primeiros-ministros, os regressos de sempre radiosas delegações a Bruxelas, os meses que faltam para o ingresso num ano (mítico?) de 1984 muito mais do que como indiscutível «designio nacional» que devesse mobilizar tudo e todos.

«[C]laramente enunciado por [Mário] Soares» ao questionar-se publicamente «sobre o que teria para oferecer aos portugueses se a CEE não nos aceitasse no seu seio», o «mito da CEE» nasceria, pois, «da *total desconfiança nas energias e capacidades nacionais*». Mais acrescentava JMP – ironicamente – que, «se por tal se entender as energias e capacidades dos chamados “agentes de decisão económica”, é possível que não se ande longe da verdade». Em todo o caso, Soares, de acordo com o ensaísta português, mais não reclamava do que «*tutela*» visto que o antigo primeiro-ministro devia ainda estar «traumatizado pelo espetáculo que as energias e capacidades nacionais tinham “dado ao mundo” em 74-75».

Por fim, note-se ainda a forma como o conceito «tecnocracia» de André Gorz e Henri Lefebvre seria utilizado por JMP no quadro da realidade económica e política nacional. De acordo com o autor português, a tecnocracia portuguesa apresentava-se publicamente, no quadro do Marcelismo. Apesar de não ter estado «totalmente ausente dos documentos [...] relativos ao período do governo de Salazar», pautaria então a sua «linguagem» pela «industrialização», pelo «desenvolvimento económico», pela «abertura à Europa», pela «liberalização política, económica e cultural», pelas «reformas profundas nos sistemas educativo/assistência». Este mesmo setor teria como função «constituir a base da “ideologia dominante” de um capitalismo “renovado”» – a «ideologia capitalista “tecnocrática”». Nesse sentido, a tecnocracia representava, na passagem da década de 1960 para a de 1970, uma «antecipação estrutural», ou seja, aquela «ideologia *correspondia de facto* aos interesses da grande burguesia industrial e financeira, *simplesmente* esta ainda a não *reconhecia* como tal». JMP compreendia assim as «resistências», os «bloqueios» e os «conflitos» políticos daquele setor no seio do Estado Novo.

Seguindo o exemplo de Gramsci e de outros autores, o *maître à penser* procurava a compreensão do *real*, não apenas através de conceitos necessariamente conotados com os determinismos e historicismos associados aos *longos anos 60* –, mas, através de uma rede heterodoxa de conceitos – que tornasse a realidade política e social compreensível à medida que esta se ia transformando. Sempre que reconhecia necessária a adoção de formulações à margem dos marxismos para explicar parte da realidade, não hesitava em utilizá-las. O *nomadismo intelectual* reconhecível em muitos intelectuais públicos e, concretamente, em JMP em nada contradiz o próprio método de Marx. Não foi Marx *nómada* e *infidel* ao recorrer ao socialismo francês, à economia inglesa e à filosofia alemã, nomeadamente para os criticar e, em larga medida, para os superar?

Note-se, contudo, que a autonomia intelectual, a abertura teórica e as consequentes escolhas políticas valeriam algumas réplicas, quer de intelectuais associados ao PCP, como Ronaldo G. Fonseca, quer de alguns dos mais relevantes intelectuais do regime pós-revolucionário, como Eduardo Lourenço, Eduardo Prado Coelho, António José Saraiva e António Barreto, valendo finalmente ao ex-secretário de Estado da Indústria e Tecnologia o isolamento político entre os seus pares.

3. A crítica e a refundação da Esquerda.

A postura crítica perante o estalinismo levaria JMP a classificar o PCP não como partido revolucionário mas sim como «*potencialmente* revolucionário». Esta caracterização – que tem por base o legado teórico de Antonio Gramsci e Maria Antonietta Macciocchi – prendia-se pelo facto do PCP dirigir «a mais importante fração do proletariado e dos assalariados rurais», mas, simultaneamente, desta se aproveitar «não como potencial revolucionário, mas como massa de manobra para as suas estratégias de gabinete», nomeadamente durante o processo revolucionário de 1974-75. Para JMP, o PCP era «um partido objetivamente não revolucionário».

Mas ao contrário do que acontecia com uma parte da classe trabalhadora, os partidos comunistas tradicionais (não apenas o português) surgiam aos olhos de muitos intelectuais como o espaço social onde se eclipsaria o «complexo» dito operário. Não é no PCP, perguntava retoricamente JMP, onde «estão os trabalhadores?» Não é o PCP o único partido de esquerda com «capacidade de mobilização»? Longe de responder positivamente a este leque de perguntas, o intelectual público lembraria que «se a função do intelectual é interrogar e *interrogar-se*, o PC não é certamente o lugar onde tal “actividade” tenha o melhor dos acolhimentos», visto o próprio intelectual deixar necessariamente de exercer a sua atividade enquanto pensador. De acordo com o autor, o «“sistema de ideias” pré-estabelecido» estaria de tal forma estruturado «que já há muito deixaram de ser ideias para se tornar *dogmas*» – e, lembrava, «se há coisa que não valha a pena discutir são dogmas». Ao *intelectual PC* restariam, portanto, duas opções: «ou deixa de ser um intelectual, tornando-se um mero “funcionário cultural”, ou deixa o partido». A aceitação do dogma contido na afirmação «tudo o que se passa nos Países de Leste está perfeito, até que a própria URSS reconheça que estava errado», seria «demais para um espírito minimamente crítico».

JMP apresentava-se, então, definitivamente como um marxista afastado do que Sartre denominaria de “*pequeno mundo estreito*” – campo político e cultural associado aos intelectuais-militantes dos PC tradicionais ou próximos destes e que João Madeira recorda no livro *Os Engenheiros de Almas – o Partido Comunista e o Intelectuais*.

Em todo o caso, o PS não seria igualmente um lugar habitável para um intelectual situado à esquerda do espectro político. De acordo com JMP, «o desprezo pelos intelectuais (enquanto tais) de um Cunhal só terá paralelo no de um Soares». Neste, aquilo a que Martins Pereira apelidaria de «“anti-dogma” [...] é de outro tipo»: “vale tudo para fazer chegar o Dr. Soares a primeiro-ministro e, logo que possível, a Presidente da República”».

Sobre a corrente social-democrata, logo em 1983, JMP não reconhecia na sua direção qualquer traço distintivo em relação às organizações políticas de fundo liberal. Em *No Reino dos Falsos Avestruzes*, o autor admitia que o partido de Mário Soares, «em particular o seu aparelho», era já à época o «partido do carreirismo, do oportunismo, do “tacho” [...] do preenchimento de lugares de influência e poder». Não seria, portanto, de estranhar que, poucos anos após o estabelecimento da democracia representativa, o PS fosse, para JMP, «um partido *vazio* [...] de projeto, de imaginação, de convicção, de base social — de socialismo». A descrença no partido de Mário Soares e Salgado Zenha seria, pois, total. Ainda na obra *No Reino dos Falsos Avestruzes*, JMP afirmaria mesmo que

se o PCP pode merecer o respeito de quem respeite as “igrejas” (não os partidos) e admire coisas como a abnegação, a persistência, a disciplina, o proselitismo — o PS não tem verdadeiramente ponta por onde se lhe pegue.

É à luz desta avaliação que se compreendem as críticas do autor ao Partido Socialista, em 1991. Segundo JMP, a constante fuga a políticas socialistas por parte daquele partido deveria levar, não à questão «que fazer para evitar que o PS se alie à direita, para que se assumia de vez como partido de esquerda?», mas, pelo contrário, «que fazer face ao *facto* muito concreto que é o PS não ser aquilo que eventualmente gostaríamos que fosse?», pois, como diria mais tarde, os governos do PS «só em questões de estilo» poderiam «diferir» dos do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata.

Aproveitando novamente as palavras de Bebiano sobre o intelectual público Tony Judt, JMP não era «parte assimilada e anónima de uma polifonia» pautada. Pelo contrário, o intelectual marxista português era definitivamente uma voz singular *à esquerda*, «associada a uma [...] dose intransigentemente individual de liberdade e de independência».

Seria num dos seus primeiros artigos publicados na revista *O Tempo e o Modo*, em 1969 que JMP versaria pela primeira vez parte da sua reflexão sobre as esquerdas políticas. No artigo *Palavras incómodas. Actualidade crítica e crítica da actualidade*, o autor salientava que uma das primeiras razões para o espectro político *à esquerda* se encontrar quase sempre tão dividido (se comparado com o da direita) reside no facto de ser quase sempre mais fácil manter um determinado estado de coisas do que alterá-lo. De acordo com JMP,

se, em geral, estas [as esquerdas] se encontram mais divididas do que aquelas [as direitas], uma das razões fundamentais é que, precisamente, conservar representa uma opção mais ou menos definida.

Em sentido inverso, a transformação da sociedade «implica a resposta a perguntas» como «transformar como?», «com que objetivo?», «pondo em jogo que meios?», «conservando o quê?» – questões essas que, afirmava, oferecem «uma grande diversidade de posições».

Quase 25 anos depois, em 1993 – e após a desintegração da União Soviética e dos seus satélites –, JMP continuaria a sua reflexão afirmando que

quando a esquerda fala de «mudar» a sociedade, não se está obviamente a referir à construção de mais um troço de auto-estrada, à introdução de novos produtos no mercado, ou à passagem de uma figura pública do Sporting para o Benfica.

Ou seja, quando um governo fala em «mudança» do Serviço Nacional de Saúde ao proporem-se os seguros de saúde privados, ou na «mudança» (leia-se, melhoria) dos serviços públicos apostando no «despedimento maciço» de trabalhadores do Estado, o governo empenha-se «de facto» em «mudanças» que permitam «que tudo [...] fique na mesma», nomeadamente «o seu próprio poder». Compreende-se, portanto, que JMP relembresse que «a esquerda, na esteira de Marx, sempre preferiu [o termo] “transformação”», e não «mudança».

No já referido *No Reino dos Falsos Avestruzes*, de 1983 – ano que, segundo Eric Hobsbawm, marcaria o início do período de «recessão do marxismo» – o autor propunha-se começar a lançar «desgarradas pedras para a construção de uma “ideia de Esquerda” que, independentemente das organizações partidárias existentes», viesse a «contribuir para uma paciente ação cultural e política visando uma sociedade que ainda mal se configura».

Segundo o autor, a «Esquerda deveria ser», ao contrário da Direita, «o campo aberto do debate de ideias». Visto que a esquerda «é ela-própria projeto, interrogação, descoberta, desejo», somente «como projeto pode ser pensada». A esquerda constituiria, assim, «um campo de tensão» pelas ideias novas que constantemente gera. Ela deveria, portanto, ser «a tensão do inventor *antes* da invenção, do descobridor *antes* da descoberta, do poeta *antes* do poema — enfim do criador *antes* da criação». No entanto, sabendo aquela que «nunca chegará à sociedade perfeita», saberia igualmente que não apenas existe – apesar dos discursos da direita (que lhe conferem, portanto, existência) – «como existirá sempre».

Num texto publicado no jornal *Combate*, em 1994, no que ao caso estritamente nacional dizia respeito, JMP afirmaria que «está quase tudo por pensar na esquerda portuguesa». O ex-secretário de Estado, diria «quase», «por contar com o esforço e a

inteligência de muitos que não desistiram». Recordando um texto de António José Saraiva sobre o termo francês «*engagement*», o autor de *Pensar Portugal Hoje* afirmaria que a esquerda necessitava mais de homens «empenhados» do que «alistados». Ou mesmo apenas de «homens empenhados *mesmo quando* alistados», pois se, por um lado, o «alistamento corresponderia ao “*engagement*” numa tropa, numa organização, num partido», «a regras pré-estabelecidas» numa «atitude predominantemente passiva» e «irresponsável», por outro, o «empenhamento» dotar-se-ia de «auto-mobilização de natureza emotivo-intelectual», ou seja:

uma atitude activa em que assumimos perante nós e perante os outros uma total responsabilidade, o risco de não termos quem nos «cubra» em juízos, afirmações, decisões, actos em que nos jogamos *por inteiro*.

Contudo, JMP assistia, nas suas palavras, a uma esquerda alegadamente derrotada e à «gradual domesticação das classes operárias». Por um lado, a Ocidente, por via da «canalização das suas energias para a luta institucional» e, por outro, a Leste, por via do «cumprimento do Plano». Por essa razão podiam compreender-se «os [...] abalos na convicção [...] quanto à subversão radical que continha em si a ação proletária». Mas JMP ia mais longe nesta questão. De acordo com o autor, a «sociedade tolera mal [...] o não-sofrimento» (e esta devia-o mais à Igreja do que ao próprio sistema capitalista). Também por isso, mas não apenas, a esquerda, diria, «tem sofrido demasiadamente». É nesse sentido que o autor afirmaria:

eles são sacrificados militantes, eles são lutadores tristonhos, guerrilheiros desesperados, revoluções sem alegria. Corpos e cabeças desencontrados – como também convém a uma «disciplina revolucionária» de autómatos e, sobretudo, de devotos.

Longe de continuar a «resistir», a esquerda deveria voltar a «descobrir a alegria e o entusiasmo de re-existir». Esta ideia está, em alguma medida, ligada às ideias lançadas no livro já referido *No Reino dos Falsos Avestruzes* de 1983. Neste, o autor proporia uma quase refundação da Esquerda. Uma esquerda «que começa em cada instante e em cada lugar (...) no sentido de uma *apreensão* renovada de *tudo*». O ensaísta português sugeria quase uma rutura umbilical para a Esquerda e, como se verá adiante, provocaria as mais acérrimas críticas de alguns autores como António Barreto e Eduardo Lourenço. Diria:

Pensarão alguns que o Socialismo faz parte da ideia de Esquerda. É errado, a meu ver. Terá sido certo enquanto não houve «socialismos reais» — o socialismo era então apenas uma ideia, um projeto. Hoje

não é assim. Tantos são os regimes que a si mesmos se rotulam de «socialistas», que a Esquerda não pode ignorar essas experiências, submetendo-as ao critério da emancipação. O seu conceito de socialismo incorporará necessariamente os resultados desse exame crítico, mas não coincidirá porventura com nenhum dos «modelos» já experimentados. Fará, conjuntamente com muitos outros elementos, todos positiva ou negativamente inter-implicados, parte do projeto que é a Esquerda, não da ideia de Esquerda.

4. A resposta das Esquerdas e o isolamento.

As propostas teóricas e políticas de JMP eram singulares e as críticas vinham de vários setores da Esquerda. As críticas ao partido de Álvaro Cunhal e ao próprio autor de *Rumo à Vitória*, valeriam algumas respostas vindas daquele campo político-partidário, nomeadamente no livro *O socialismo, a transição e o caso português de JMP: exemplo típico do idealismo académico*, de Ronaldo G. Fonseca, em 1977. Segundo este, as críticas ao PCP eram «gratuitas e arbitrárias». Se o PCP não procurou «desencadear» muitos «movimentos grevistas» foi porque estes poderiam «fazer o jogo do projeto neo-fascista de Spínola» – o qual, «argumentando acerca do “caos provocado pelos comunistas”, lograria muito».

Lembrando a tese leniniana, não *analizando de forma concreta a situação concreta*, JMP aderiria, então, ao «semi-espontaneísmo» e ao «voluntarismo subjetivista». A alegada obseção «pela ideia moralista do “controlo do PCP” sobre o movimento de massas», entre outros aspetos, levaria Ronaldo G. Fonseca a criticar o «nítido recuo» teórico de JMP «em relação aos aspetos positivos contidos em publicações anteriores». Para além de se armar com um «aparelho conceitual» não marxista e não leninista, o livro de JMP apresentaria uma evidente «desorientação política» que, de forma objetiva, acabava por, nas palavras do militante e intelectual comunista, «servir os interesses contrários àqueles que afirma defender».

Eduardo Lourenço, por exemplo, caracterizaria o posicionamento político de JMP de «ilha-esquerda», dada o seu isolamento e a eventual falta de ligação com as esquerdas hegemónicas. António Barreto, por seu lado, afirmaria que a esquerda pretendida por JMP representava uma «fuga ao mundo», uma «fuga (...) para as suas margens mais oníricas». Num artigo publicado com o título satírico de «Os falsos e os verdadeiros avestruzes», o sociólogo criticaria o antigo secretário de Estado por este alegadamente propôr

uma esquerda que teme as vitórias, porque não há vitórias puras; que ignora as derrotas, porque são dolorosas; que enjeita os erros, porque estragam a ideia.

Esta posição levaria JMP, segundo Barreto, a «refugiar-se na ideia, no quotidiano, na

comunidade alternativa ou na marginalidade individual». Barreto iria mais longe e afirmaria:

Assim não vale. Lembro-me dos cristãos que amam Deus e recusam a Igreja; ou seguem a Igreja e detestam os sacerdotes. Igreja, sacerdotes, fieis e militantes, sempre os houve que lavaram as mãos. Assim, de fuga em fuga, de expurgo em expurgo, só há um destino possível: a perfeição. Com ela a atemporalidade e a levitação.

O sociólogo lembraria, então:

as fronteiras da sua esquerda são apertadíssimas, todo o resto são *eles*. Todos são iguais e quase ninguém é de esquerda: os poderosos e os crápulas, o PC e o PS, o PPD e o CDS, os generais e os burocratas.

Para Barreto, a esquerda de JMP seria, pois,

a esquerda mítica do futuro, aquela que quanto mais foge mais tem razão, quanto mais esquece mais acerta e quanto mais sofre mais se salva.

E essa, segundo Barreto, «não tem sentido».

Também Eduardo Prado Coelho se mostraria crítico da obra de JMP, particularmente do livro *No Reino dos Falsos Avestruzes*. De acordo com o primeiro, a postura política do autor aqui estudado caracterizava-se pelo «isolamento militante» e por um lugar político «inabitável». Para Prado Coelho, a «força», a «energia» e a «beleza» das palavras do intelectual marxista não seriam suficientes para resgatar as ideias de JMP da «impotência política». A esquerda não poderia ser «saudavelmente amnésica» esquecendo em larga medida a experiência do *socialismo real*.

Considerações finais.

Numa entrevista recente Eduardo Lourenço afirmava que «a capital do país é a televisão». JMP estava longe da mesma. O distanciamento em relação a qualquer meio de projecção mediática de massas talvez não tenha jogado a favor de um maior reconhecimento da obra – e, em abono da verdade, do homem. Ainda assim é legítimo perguntar até que ponto *poderia* ser concedido a um intelectual marxista o espaço mais ou menos mediático ocupado por outro autores bem mais integrados – tanto ideológica como partidariamente. É precisamente nesse sentido que Maria Manuela Cruzeiro lembra JMP como um «intelectual injustamente obscuro».

Por outro lado, ao contrário de muitos dos seus críticos, JMP não viveu no que Bebiano refere como «o universo» comum aos intelectuais: numa palavra: os «círculos concêntricos» dos meios universitários. Mais: ao contrário da maioria dos seus pares, o autor marxista, para além de contrariar (provavelmente sem ter consciência disso) o processo de «academização do intelectual», acabaria por contrariar também a *partidarização* do mesmo.

Mais ainda: o afastamento integral do que Judt denominava de «russofilia», “sobreinvestimento ideológico» e de «servidão intelectual», comuns a uma parte considerável dos intelectuais marxistas do século XX, tornaria JMP, nas palavras de Francisco Louçã, «o mais importante intelectual marxista no pensamento político português das últimas décadas». Distante de um marxismo que de tão ortodoxo colocaria em causa a sua própria dialética, o pensamento político do intelectual português não se encerrava em qualquer complexo conceptual, procurando inclusive outros campos epistemológicos que pudessem enriquecer a teoria radical marxista.

Por nunca renegar um «marxismo que não se rende às evidências do *pântano democrático*», por se assumir como um autor autónomo – intelectual e politicamente – e por conter traços de personalidade pouco mediáticos, JMP viveu *publicamente* na sombra de alguns dos maiores autores nacionais da segunda metade do século XX e sem a popularidade que tampouco procurava.

Bibliografia final

AAVV – *Bio-bibliografia – João Martins Pereira. E o seu, nosso tempo*. Coimbra: Centro de Documentação 25 de Abril, 2011. 51 p. ISBN - 978-989-95840-2-0.

BARRETO, António – “Os falsos e os verdadeiros avestruzes”. *Diário de Notícias* - Suplemento “Revista de Livros”. 1 Junho de 1983, p. 12.

BEBIANO, Rui – *Tony Judt: historiador e intelectual público*. 1ª ed. Lisboa: Edições 70, 2017. 226 p. ISBN 978-972-44-1853-7.

CARDINA, Miguel – *Margem de Certa Maneira: O maoísmo em Portugal. 1964-1974*. 1ª ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2011. 398 p. ISBN 9789896711054.

COELHO, Eduardo Prado – “O homeopata e os antibióticos”. *Expresso*, 23 Abril 1983, p. 24R-25R.

- CRUZEIRO, Maria Manuela – “Eduardo Lourenço e JMP: Conversa com Abril em Fundo”. Finisterra – Revista de Reflexão e Crítica. Lisboa. ISSN 0871-792. N.º 73 (2012).
- CUNHAL, Álvaro – *Obras Escolhidas IV (1967-1974)*. 1ª ed. Lisboa: Edições Avante, 2013. 896 p. ISBN 978972550410.
- DIAS, Sousa – *Grandeza de Marx – por uma política do impossível*. 1ª ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 2011. 174 p. ISBN 9789723716122.
- FONSECA, Ronaldo G – “*O Socialismo, a Transição e o Caso Português*” de João Martins Pereira – *um exemplo típico de idealismo académico*. Coimbra: Centelha, 1977. 118 p.
- HOBBSAWM, Eric – *Cómo Cambiar el Mundo*. Barcelona: Crítica, 2011. 496 p. ISBN 978-84-9892-211-0.
- JUDT, Tony – *Pensar o Século XX*. Lisboa: Edições 70, 2012. 422 p. ISBN 9789724416946.
- LIMA, João Tiago – “Outros caminhos do ensaísmo português do século XX: José Bacelar, Mário Sacramento e João Martins Pereira”. Estudos do Século XX. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. ISSN 1645-3530. Nº 9 (2009). p. 195-218.
- LOUÇÃ, Francisco – “A esquerda e os jantares de gala”. *Plural*, nº 7 (1984), p. 58-60.
- LOUÇÃ, Francisco – “Prefácio – um marxista como nenhum outro”. In PEREIRA, João Martins – *As Voltas que o Capitalismo (não) deu*. Lisboa: Edições Combate, 2008. 156 p. ISBN: 978-989-96052-0-6.
- LOURENÇO, Eduardo – “Liberdade em Portugal”, 3º Encontro Presente no Futuro Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. [Consult. 13 outubro 2017] Disponível em WWW: <URL: <https://www.youtube.com/watch?v=LcGpo8nnP8k>.
- LOURENÇO, Eduardo – “Robinson Martins-Pereira e a Ilha-Esquerda”. *Plural*, nº1 (1983), p. 48-50.
- MADEIRA, João – *Os Engenheiros de Almas – O Partido Comunista e os Intelectuais*. 1ª ed. Lisboa: Estampa. 1996. 409 p. ISBN 972-33-1227-1.
- PEREIRA, João Martins – “A demissão de Martins Pereira: Secretário de Estado da Indústria

exige decisões revolucionárias”. *A Capital*, Ano VIII, 17 Julho 1975, p. 1 e 3.

PEREIRA, João Martins – “Conversas com vistas... para João Martins Pereira: entrevista de Maria João Seixas”. *Público* (revista “Pública”), 1 Abril 2001, p. 24-31.

PEREIRA, João Martins – “O PS, as caras e as políticas”. *Combate*, nº 146 (1991), p. 3

PEREIRA, João Martins – “Palavras incómodas. Actualidade crítica e crítica da actualidade”. *O Tempo e o Modo*, Nova série, nº 73 (1969), pp. 7-9.

PEREIRA, João Martins – *As Voltas que o Capitalismo (não) deu*. Lisboa: Edições Combate, 2008. 156 p. ISBN: 978-989-96052-0-6.

PEREIRA, João Martins – *Indústria, Ideologia e Quotidiano. Ensaio sobre o Capitalismo em Portugal*. Porto: Afrontamento (Colecção Luta de Classes), 1974. 251 p.

PEREIRA, João Martins – *No Reino dos Falsos Avestruzes - Um Olhar sobre a Política*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1983. 166 p.

PEREIRA, João Martins – *O Dito e o Feito – Cadernos 1984-1987*. Lisboa: Edições Salamandra 1989. 241 p.

PEREIRA, João Martins – *O Socialismo, a Transição e o Caso Português*. Lisboa: Bertrand, 1976. 331 p.

PEREIRA, João Martins – *Pensar Portugal Hoje*. 1ª edição: Lisboa, Dom Quixote (Colecção Diálogos), 1971. 165 p.

PEREIRA, João Martins – *Pensar Portugal Hoje. Os Caminhos Atuais do Capitalismo Português*. 3ª ed. revista, com um texto de introdução: Lisboa, Dom Quixote (Colecção Diálogos), 1979. 174 p.

PEREIRA, João Martins – *Portugal 75. Dependência Externa e Vias de Desenvolvimento*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1974. 41 p.

PEREIRA, João Martins – *Sistemas Económicos e Consciência Social – Para uma teoria do socialismo como sistema global*. 1ª ed. Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980. 306 p.

PEREIRA, José Pacheco – *As Armas de Papel*. 1ª ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013. 598

p. ISBN 9789896442224.

RENTON, David – *Dissent Marxism*. 1ª ed. London: Zed Books, 2004. 288 p. ISBN 1 84277 292 9.

SANTOS, João Almeida – *Os Intelectuais e o Poder*. 1ª ed. Lisboa: Fenda, 1999. 222 p. ISBN 9728529368.